

[Handwritten signatures]

Relatório e Contas



APQV
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DA QUALIDADE DE VIDA

2024

24 de março de 2025

Índice

I. Mensagem do Presidente	3
II. Enquadramento Jurídico	4
III. Missão, Visão e Valores	4
IV. Análise SWOT	5
V. Órgãos Sociais	7
I. ASSEMBLEIA GERAL	7
II. DIREÇÃO	7
III. CONSELHO FISCAL	8
VI. Principais Acontecimentos	9
I. ATIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO	9
II. OBJETIVOS PRINCIPAIS	9
III. NÚMERO DE ASSOCIADOS	10
VII. Relatório de Gestão	10
I. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	12
VIII. Demonstrações Financeiras	13
I. BALANÇO	13
II. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS	14
III. FLUXO DE CAIXA	15
IV. ANEXO	16
IX. Parecer do Conselho Fiscal	24

I. Mensagem do Presidente

Ao encerrarmos mais um ciclo de trabalho na Associação Portuguesa da Qualidade de Vida, é com profundo sentido de responsabilidade, gratidão e renovada ambição que me dirijo a todos os que, de forma empenhada, contribuem para a concretização da nossa missão. O ano de 2024 representou um marco importante no percurso da APQV, um ano de consolidação de projetos, de reflexão estratégica e de preparação para novos desafios.

Este foi um período de grande intensidade, em que concluímos, com sucesso, várias iniciativas lançadas em 2023. Mais do que um encerramento de projetos, tratou-se de uma oportunidade para avaliarmos o impacto gerado, reforçar parcerias estratégicas e redefinir prioridades com base na experiência adquirida.

Continuamos a afirmar-nos como uma entidade de referência na promoção da qualidade de vida, com uma abordagem assente na cooperação, na inovação e na responsabilidade social. Em 2024, reforçámos também a nossa ligação às comunidades locais e aprofundámos o nosso papel enquanto observatório ativo, mobilizador e interventivo.

Quero deixar uma palavra de profundo agradecimento a todos os que, diariamente, contribuem para esta causa: direção, associados, parceiros, voluntários e todos aqueles que, de forma direta ou indireta, partilham connosco esta missão. A vossa dedicação é a força motriz do nosso trabalho.

Reafirmo, por fim, o nosso lema, hoje tão pertinente como sempre:

"O trabalho em rede e a união de esforços são o caminho para alcançar um objetivo comum: a melhoria da qualidade de vida de todos os portugueses."

Com renovado entusiasmo e espírito de missão, sigamos juntos neste percurso.

José Manuel Barbosa Teixeira

Presidente da Direção

II. Enquadramento Jurídico

A APQV – Associação Portuguesa Da Qualidade De Vida rege-se pelo seu Estatuto.

Tem a sua sede em Rua Dr. António Cerqueira Magro, Edifício Cidade Nova, Bloco D, R/C, Fração B, 4615-594, União de Freguesias de Vila Cova Da Lixa e Borba de Godim, Felgueiras, e filiais em Braga, Lisboa e Évora.

Nos termos do artigo 23º, compete à Direção “Elaborar e aprovar a prestação de contas e o relatório anual de atividades, para encaminhamento ao Conselho Fiscal”. Nesse sentido, tendo legitimidade e encontrando-se em tempo para o efeito, apresenta a Direção o Relatório e Contas do período de 2024 da APQV - Associação Portuguesa Da Qualidade de Vida.

III. Missão, Visão e Valores

Missão

Liderar a avaliação e elevação da qualidade de vida em Portugal, com enfoque nas comunidades mais desfavorecidas, implementando abordagens inovadoras que respondam às necessidades reais das populações.

Visão

Uma sociedade onde todos tenham acesso às condições para alcançar uma qualidade de vida plena, independentemente da localização geográfica ou condição sócio económica.

Valores

Integridade e Transparência: Agimos com honestidade e abertura em todas as nossas interações, fomentando uma cultura de confiança mútua entre os membros, parceiros e a comunidade que servimos. Acreditamos que a transparência é fundamental para criar relações sólidas e duradouras.

Solidariedade: Estamos comprometidos com a igualdade e a justiça social, trabalhando incansavelmente para apoiar aqueles em situações vulneráveis. A solidariedade é o alicerce

sobre o qual construímos programas de apoio e intervenção, visando a inclusão e o bem-estar de todos.

Responsabilidade Social: Assumimos um papel ativo na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades. A nossa responsabilidade social guia-nos na procura de soluções que não só respondam às necessidades atuais, mas que também preservem os recursos para as gerações futuras.

Inovação e Excelência: Buscamos constantemente novas ideias e abordagens que possam melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. A excelência é o padrão que persegue em todas as nossas atividades, desde a pesquisa até à implementação de projetos.

Compromisso com a Educação: Acreditamos no poder transformador da educação. Por isso, dedicamo-nos a promover oportunidades educativas que capacitem indivíduos e comunidades a construir um futuro mais promissor.

Respeito pela Diversidade: Valorizamos a riqueza trazida pela diversidade cultural, social e individual. O respeito por todas as formas de diversidade é essencial para construir uma sociedade mais inclusiva e coesa.

Objetivos Sociais:

Promoção da Igualdade: Promover a igualdade de oportunidades para a melhoria da qualidade de vida das populações em áreas como saúde, educação, cultura e direitos humanos.

Desenvolvimento de Projetos: Desenvolver projetos inovadores que respondam eficientemente aos desafios da sociedade, fomentando a qualidade de vida.

Consultoria Especializada: Fornecer consultoria e apoio às organizações que promovam o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida.

IV. Análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
• Equipa Multidisciplinar e Coesa: A associação beneficia da colaboração de uma equipa altamente dedicada e com competências variadas, o que potencia a criação e execução de projetos com um impacto significativo na qualidade de vida dos Portugueses; • Colaboração Estratégica: Estabelecimento de parcerias fortes com entidades públicas e privadas, ampliando o alcance e a eficácia das iniciativas. • Inovação nos Projetos: Capacidade distinta de desenvolver projetos inovadores que respondem às necessidades emergentes da comunidade, assegurando um papel de liderança no sector social. • Captação de Financiamento para Projetos: Acesso a financiamento através do Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego, que sustenta a implementação de atividades promotoras da qualidade de vida.	• Dependência de Financiamento Público: Uma forte dependência em financiamento externo, sobretudo público, que pode comprometer a sustentabilidade financeira a longo prazo. • Escassez de Voluntariado: Dificuldades em assegurar um número estável e suficiente de voluntários, o que pode afetar a capacidade de execução e expansão das atividades. • Recursos Financeiros Limitados: Constrangimentos orçamentais que podem limitar a capacidade de inovação e alcance das iniciativas.
Oportunidades	Ameaças
• Concursos a Financiamento Público: Existência contínua de oportunidades de financiamento através de concursos públicos, que podem apoiar o desenvolvimento e a expansão das atividades. • Parcerias Públicas e Privadas: Potencial para estabelecer novas parcerias estratégicas, ampliando o impacto social e o acesso a recursos. • Iniciativas no Observatório Nacional da Qualidade de Vida: Oportunidade para colaborar em projetos e estudos nacionais, reforçando a posição da associação como referência no setor.	• Instabilidade Económica: Flutuações e incertezas económicas podem afetar a disponibilidade de financiamento e o apoio de parceiros. • Pouca Consciencialização: Um reconhecimento limitado sobre a importância da missão da associação pode dificultar o envolvimento da comunidade e o apoio às iniciativas.

V. Órgãos Sociais

I. ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

João Manuel Ferreira Gaspar

1º Secretário

Fábio Renato Lopes Macieira

2º Secretário

Alexandre João Dos Santos Quinteiro

Vogal

Célia Maria Teixeira Vieira

Vogal

Ricardo Jorge Pereira Gonçalves

Vogal

Paula Maria Cunha Figueiras dos Reis de Oliveira Carqueja

Vogal Suplente

Júlio Manuel Peixoto Pinto

Vogal Suplente

Daniela Patrícia Sousa Coelho

Vogal Suplente

Hugo Miguel Moreira Aleixo

II. DIREÇÃO

Presidente

José Manuel Barbosa Teixeira

Vice-Presidente

Sérgio Casimiro Da Costa Queirós

Tesoureiro

Romeu Miguel Sousa De Oliveira

Secretária

Daniela Maria Teixeira de Magalhães

Vogal

Maria de Fátima Almeida da Silva

Vogal

Nina Alexandra Pinto David

Vogal Suplente

Elsa Rute Fernandes Teigão

Vogal Suplente

Márcia Filipa Leite Teixeira

Vogal Suplente

Egas Manuel Sanfias Moura

III. CONSELHO FISCAL

Presidente

Alberto Sérgio Pinto David

Vice-Presidente

Hélder Augusto Félix da Rocha

Secretário

Ana Fernanda Medeiros Ribeiro Rodrigues

Vogal

Rosa Maria de Almeida Rodrigues

Vogal

Ana Paula Teixeira Santos

Vogal

Sandra Patrícia Gomes da Silva

Vogal Suplente

José Eduardo Teixeira Lopes

Vogal Suplente

Hélder Teixeira de Sousa



VI. Principais Acontecimentos

I. ATIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO

O ano de 2024 destacou-se essencialmente pelo culminar e encerramento dos projetos iniciados em 2023, marcando um período significativo de consolidação das nossas iniciativas. Esta fase não representou apenas o fecho de capítulos importantes nas nossas atividades, mas também uma oportunidade de reflexão profunda sobre os impactos gerados e as lições aprendidas ao longo desses projetos. A conclusão bem-sucedida destas iniciativas permitiu-nos avaliar a eficácia das nossas abordagens, consolidar parcerias estratégicas e reforçar o compromisso com a nossa missão de melhorar a qualidade de vida em Portugal.

Além disso, 2024 foi um ano de preparação intensa para o futuro, no qual dedicamos tempo e recursos ao planeamento e desenvolvimento de novas propostas de projetos. Esta etapa estratégica visa assegurar a continuidade do nosso impacto social, respondendo de forma inovadora aos desafios emergentes. Assim, encerramos os projetos de 2023 com um sentimento de realização e com os olhos postos em novas oportunidades que nos permitirão ampliar ainda mais o nosso alcance e efetividade em promover uma sociedade mais justa e igualitária."

II. OBJETIVOS PRINCIPAIS

A Associação Portuguesa da Qualidade de Vida (APQV) dedica-se a ser pioneira na avaliação e enriquecimento da qualidade de vida em Portugal. O nosso objetivo é ser reconhecidos como uma referência na implementação de estratégias e medidas eficazes que contribuam para o bem-estar dos portugueses. Através da investigação científica rigorosa, e da organização de eventos educativos como colóquios, seminários, congressos, formações, workshops e conferências, comprometemo-nos a disseminar conhecimento e promover uma cultura de melhoria contínua da qualidade de vida.

Assumimos a responsabilidade de educar e capacitar os cidadãos em todas as etapas da vida, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para entender e melhorar o seu próprio bem-estar e o das suas comunidades. Neste caminho, buscamos inovar e adaptar as nossas

abordagens para responder eficazmente aos desafios emergentes da sociedade portuguesa, assegurando assim um impacto positivo e duradouro na qualidade de vida de todos."

III. NÚMERO DE ASSOCIADOS

ANO	INSCRIÇÕES	Nº TOTAL DE INSCRITOS
2024	0	116

VII. Relatório de Gestão

Nos termos da alínea 23ª do Estatuto da APQV - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA, vem a Direção submeter à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório e Contas 2024.

Em termos de rendimentos, foi recebido o valor de 17.870,04€ referente a subsídios de entidades publicas. Os subsídios de entidades publicas referentes ao ano 2024 são referentes aos seguintes projetos: POISE-03-4436-FSE-001101 (1.232,26€), POISE-03-4639-FSE-001028 PA1 (7.933,72€); MUNICIPIO DE FELGUEIRAS (Ação Social nº 193/24) (8.304,06€), e MUNICIPIO DE FELGUEIRAS (400,00€).

É de realçar que para conseguir pagar pontualmente os compromissos assumidos no âmbito do referido projeto, a Associação teve de obter um financiamento junto da CGD - Caixa Geral de Depósitos. Este financiamento foi aprovado e está devidamente documentado em ata de Direção bem como obteve validação por parte do Conselho Fiscal. Relativamente a gastos, estes dizem respeito quase exclusivamente ao POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e acompanham naturalmente a sua execução, nomeadamente, encargos com formandos, encargos com formadores, encargos com pessoal afeto à operação, rendas, encargos diretos com a preparação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação e encargos gerais da operação. Os restantes gastos dizem respeito à atividade normal da Associação.

O Resultado Líquido apresenta-se com um valor positivo de 12.102,75€, transferidos para a conta de resultados transitados.

Face ao que se antecede, propõe-se à Assembleia Geral o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas 2024.
2. Que seja aprovada a seguinte aplicação de resultados:
 - 2.1 A importância de 12.102,75€ transferida para a conta de resultados transitados.



I. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

No cumprimento da Lei e do Estatuto apresentamos mapas com informação detalhada para melhor compreensão e análise das contas que aqui se apresentam. A informação legalmente exigida faz parte integrante do anexo.

Rendimentos

As rubricas de maior realce (designadas de grandes rubricas), são as apresentadas no quadro abaixo, sendo que no ano de 2024, o total de rendimentos obtidos foi de 17.870,04€.

Rubricas	2024
72– Prestação de Serviços	0€
75 – Subsídios à Exploração	17.870,04€
	17.870,04€

A conta 75 - Subsídios, Doações e Legados à Exploração, engloba o recebimento de subsídios de entidades públicas no valor de 17.870,04€.

Gastos

As rubricas de maior realce (designadas de grandes rubricas), são as apresentadas no quadro abaixo, sendo que no ano de 2024, o total dos gastos foi de 6.726,85€.

Rubricas	2024
62 – Fornecimentos e serviços externos	1.917,78€
64 – Gastos com depreciações e amortizações	1.614,52€
68 – Outros Gastos e Perdas	1.067,89€
69 – Gastos e perdas de financiamento	2.126,66€
Total	6.726,85€

VIII. Demonstrações Financeiras

I. BALANÇO

ATIVO		2024	2023
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		6.689,54	0,00
Investimentos financeiros		729,86	729,86
Subtotal		7.419,40	729,86
Ativo corrente			
Clientes		24.091,45	24.091,45
Capital subscrito e não realizado		-11.086,62	-10.370,95
Outros ativos correntes		12.716,46	12.716,46
Caixa e depósitos bancários		224,72	2.600,60
Subtotal		25.946,01	29.037,56
Total do ativo		33.365,41	29.767,42
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito		545,57	545,57
Resultados transitados		-43.383,75	-140.949,80
Outras variações no capital próprio		300,00	300,00
Subtotal		-42.538,18	-140.104,23
Resultado líquido do período		12.102,75	97.566,05
Total do capital próprio		-30.435,43	-42.538,18
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal			
Passivo corrente			
Fornecedores		24,60	984,00
Estado e outros entes públicos		418,53	763,53
Financiamentos obtidos		34.519,80	41.720,16
Outras dívidas a pagar		17.691,45	17.691,45
Diferimentos		11.146,46	11.146,46
Subtotal		63.800,84	72.305,60
Total do Passivo		63.800,84	72.305,60
Total do capital próprio e do passivo		33.365,41	29.767,42

II. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e Gastos	Notas	2024	2023
Vendas e serviços prestados			1.500,00
Subsídios, doações e legados à exploração		17.870,04	196.403,58
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-1.917,78	-83.313,82
Gastos com o pessoal		0,00	-11.250,45
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		959,56	0,00
Outros gastos e perdas		-1.067,89	-4.023,17
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		15.843,93	99.316,14
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-1.614,52	0,00
Resultados Operacionais		14.229,41	99.316,14
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-2.126,66	-1.494,94
Resultado antes de impostos		12.102,75	97.821,20
Imposto sobre Rendimento do exercício			
Resultado líquido do período		12.102,75	97.821,20

III. FLUXO DE CAIXA

RUBRICAS	Notas	2024	2023
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		0,00	0,00
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		0,00	0,00
Pagamentos ao pessoal		0,00	0,00
Caixa geradas pelas operações		0,00	0,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		0,00	0,00
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.600,60	14.769,87
Caixa e seus equivalentes no início do período		224,72	2.600,60

IV. ANEXO

Ao Balanço, à Demonstração de Resultados

1 – Identificação da Entidade

1.1 – Designação da Entidade: APQV - Associação Portuguesa Da Qualidade de Vida

1.2 – Sede: Rua António Manuel Cerqueira Magro, Edifício Cidade Nova, Bloco D, R/C,
Fração B, 4615-594 Borba de Godim, concelho de Felgueiras.

1.3 – Número de identificação de pessoa coletiva: 514244585

1.4 – Natureza da atividade: Associação sem fins lucrativos

2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-lei nº 36-A/2011, de 9 de março. No anexo II do referido decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para apresentação da Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 105/2011, de 14 de março, com as alterações introduzidas pela Portaria 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 106/2011, de 14 de março, com as alterações introduzidas pela Portaria 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso nº 6726-B/2011, de 14 de março, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8259/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF), a saber:

Continuidade – Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a

necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (Periodização Económica) – Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do recebimento ou pagamento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com as quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação – As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevantes para os utentes.

Materialidade e Agregação – A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são suficientemente materiais para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser suficientemente materiais para que sejam discriminados nas notas de Anexo.

Compensação – Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e rendimentos, estes não são compensados, exceto quando a compensação reflita a substância da transação.

Informação Comparativa – A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo de maneira consistente.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

4 – Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis são valorizados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas (modelo do custo). O método de depreciação usado é o das quotas constantes. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo e as despesas inerentes à sua aquisição. Os gastos subsequentes com grandes renovações também são reconhecidos no custo do Ativo. Os ganhos e perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor do Ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações de resultados.

As taxas de depreciação aplicadas aos bens são as constantes do Decreto-Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro.

Ativos Fixos Tangíveis	Taxas de Depreciação	Vida Útil
Terrenos e recursos naturais	0%	-
Outros edifícios e construções	5%	20 anos
Equipamento básico	10%-33.33%	3 a 10 anos
Equipamento de transporte	25%	4 anos
Equipamento administrativo	12.5%-33.33%	3 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	7.14% a 25%	4 a 14 anos

5 – Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis são valorizados pelo custo de aquisição, depois são valorizados pelo modelo do custo (custos menos depreciações acumuladas). O método de aquisição é o das quotas constantes.

6 – Custos de Empréstimos obtidos

A Associação recorreu a um empréstimo sob a forma de abertura de crédito na CGD – Caixa Geral de Depósitos. O empréstimo é para pagar pontualmente os compromissos

assumidos no âmbito do POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, ou seja, sempre que haja despesas a liquidar o banco fornece o crédito e quando a Associação recebe do projeto líquida os débitos à banca.

A Associação recorreu também a empréstimos a Fundadores, conforme atas de reunião de assembleia nº (s) 30 e 31, onde os mesmos se prontificaram a auxiliar a Associação pela existência de dificuldades de liquidez imediata, para que não acontecesse uma paragem nos projetos em curso, ficando decidido que, existindo fundo de maneo disponível, de imediato os financiadores serão ressarcidos das respetivas verbas, a quais não vencem qualquer tipo de juros ou encargos.

- Instrumentos Financeiros

A Associação reconheceu pelo valor dos instrumentos financeiros tais como clientes e utentes, contas a receber, fornecedores e contas a pagar (passivos correntes) ou empréstimos bancários e outros financiadores.

7 - Subsídios e Outros Apoios das Entidades Públicas

Os Subsídios foram reconhecidos na sua totalidade no momento da aprovação na conta de rendimentos a reconhecer por contrapartida da conta de devedores diversos, posteriormente como rendimentos, pelos valores atribuídos. Desta forma conseguimos controlar os valores a receber em qualquer momento.

8 – Rédito

O Rédito é reconhecido após o recebimento das quotas dos utilizadores, da conclusão dos serviços prestados, do recebimento de subsídios, doações e heranças.

Classe	Descrição	Debito	Crédito
75	Subsídios, doações e legados à exploração	0	17.870,04
751	Subsídios de Entidades públicas	0	9.165,98
751005	POISE 03-4436-FSE-001101	0	1.232,72
751007	POISE 03-4639-FSE-001028	0	7.933,72
752	Subsídios de Entidades Públicas (Cont)	0	8.704,06
752121	Município de Felgueiras (Ação Social)	0	8.304,06
752122	Município de Felgueiras	0	400,00

9 – Gastos com o Pessoal

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito
	(Não se Aplica)		

São reconhecidos como um gasto no exercício em que o serviço é proporcionado.

O número de funcionárias em 2024 era de 0.

Os Órgãos Sociais não são remunerados.

10 – Impostos Sobre o Rendimento

A Associação praticou uma prestação de serviço, ou seja, o aluguer de espaço, atividade essa sujeita a este imposto.

11 – Outras divulgações

1. Caixa e Depósitos Bancários

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
11	Caixa	22,27	0,00	22,27	0,00
111	Caixa fixo	22,27	0,00	22,27	0,00
12	Depósitos à ordem	21.128,53	20.926,08	202,45	0,00
1203	Depósitos à ordem-Caixa Geral de Depósitos 041	21.128,37	20.926,08	202,29	0,00
1204	Caixa Geral de Depósitos 062	0,16	0,00	0,16	0,00

2. Estado e outros entes públicos

24	Estado e outros entes públicos *	345,00	763,53	0,00	418,53
241	Imposto sobre o rendimento *	0,00	255,15	0,00	255,15
2414	IR - Estimativa de Imposto	0,00	255,15	0,00	255,15
242	Retenção de impostos sobre rendimentos *	0,00	163,38	0,00	163,38
2422	Retenção de impostos sobre rendimentos-Trabalho Independente	0,00	163,38	0,00	163,38
24221	Retenção de impostos sobre rendimentos-Trabalho Independente-Continente	0,00	163,38	0,00	163,38
24221011	RIR-Trabalho Independente-Continente-	0,00	119,98	0,00	119,98
242210112	Retenção IRS Independentes POISE	0,00	119,98	0,00	119,98
24221999	RIR-Trabalho Independente-Continente-Outros fornecedores	0,00	43,40	0,00	43,40
243	Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) *	345,00	345,00	0,00	0,00
2436	IVA - A Pagar	345,00	345,00	0,00	0,00

3. Fornecimento de Serviços Externos

62	Fornecimentos e serviços externos	1.917,78	0,00	1.917,78	0,00
622	Serviços especializados	1.917,78	0,00	1.917,78	0,00
6221	Serviços especializado - Trabalhos especializados	35,67	0,00	35,67	0,00
62211	Serviços especializado - Trabalhos especializados Continente	35,67	0,00	35,67	0,00
622111	Serviços especializados – Trabalhos especializados Continente - Operações gerais	35,67	0,00	35,67	0,00
6221113	Serviços especializados -Trabalhos especializados Continente -Operações gerais - IVA não dedutível	35,67	0,00	35,67	0,00
62211133	Serviços especializados-Trabalhos especial-Continente-Operações gerais- IVA não dedutível-Normal	35,67	0,00	35,67	0,00
622111331	Serviç especializ-Trab especial-Continente-Op.gerais-IVA não dedutível-Normal-POISE	35,67	0,00	35,67	0,00
6227	Serviços especializados-Serviços Especializados (6227- a designar)	1.882,11	0,00	1.882,11	0,00
62271	Serviços especializados-Serviços Especializados (6227- a designar)-Continente	1.882,11	0,00	1.882,11	0,00
622712	Serviços especializados-Serviços Especializados (6227- a designar)-Continente-Operações Isentas	1.882,11	0,00	1.882,11	0,00
6227122	Serviç especializ-Serv Especializ(6227- a designar)-Continente-Oper Isentas-POISE	1.882,11	0,00	1.882,11	0,00

4. Outros Gastos e Perdas

68	Outros gastos e perdas	1.067,89	0,00	1.067,89	0,00
681	Impostos	334,53	0,00	334,53	0,00
6812	Impostos indirectos:	334,53	0,00	334,53	0,00
68123	Imposto do selo	334,53	0,00	334,53	0,00
681231	Imp selo- outros	334,53	0,00	334,53	0,00
688	Outros *	733,36	0,00	733,36	0,00
6881	Correções relativas a períodos anteriores	733,36	0,00	733,36	0,00

5. Gastos e Perdas Financeiras (69)

69	Gastos e perdas de financiamento	2.126,66	0,00	2.126,66	0,00
691	Juros suportados	2.126,66	0,00	2.126,66	0,00

6911	Juros de financiamentos obtidos	2.126,66	0,00	2.126,66	0,00
------	---------------------------------	----------	------	----------	------

6. Extrato Resultados Transitados

2018	Resultados Transitados	(44.005,89)
2019	Resultados Transitados	(66.455,45)
2020	Resultados Transitados	90.167,72
2021	Resultados Transitados	(24.681,70)
2022	Resultados Transitados	(91.492,08)
2023	Resultados Transitados	97.566,05
2024	Resultados Transitados	43.383,75

- Outros recebimentos/pagamentos

Engloba os pagamentos de impostos (retenções na fonte das trabalhadoras dependente bem como as contribuições para a Segurança Social).

- Recebimentos provenientes de financiamentos obtidos

Engloba o valor do financiamento obtido, durante 2024, no âmbito do POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, e Outros Financiadores.

- Pagamentos respeitantes a juros e gastos similares

Inclui os juros pagos para a abertura de crédito e montagem da operação do POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e as comissões bancárias.

6- Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Não há dívidas em mora ao Setor Público Administrativo.

Não ocorreram factos relevantes após o fecho das contas.





IX. Parecer do Conselho Fiscal

Parecer

Analizadas as contas, somos de parecer que o Relatório de Contas e as Contas da Direção e os seus documentos de divulgação, em termos gerais, podem considerar-se em conformidade com as regras legais e estatutárias.

Nestes termos, propomos que o presente relatório de contas seja aprovado pela Assembleia Geral a realizar a 26 de março de 2025.



161696724

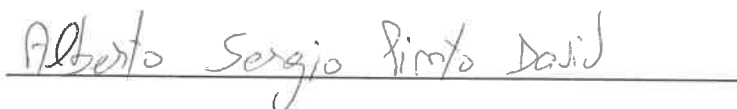
40388

Felgueiras, 24 de março de 2025

O CONSELHO FISCAL:

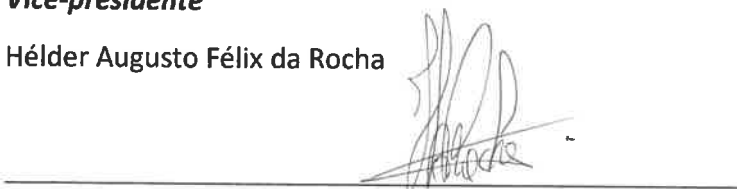
Presidente

Alberto Sérgio Pinto David



Vice-presidente

Hélder Augusto Félix da Rocha



Secretário

Ana Fernanda Medeiros Ribeiro Rodrigues

